



Tribunal de Contas

ESTADO DE PERNAMBUCO

INFORMATIVO

QUINZENAL - Nº 512



FOTO: ALOÍSIO MOREIRA

Governo do Estado vai integrar o comitê pela primeira infância

O governador Paulo Câmara assinou um protocolo de intenção, elaborado pelo Tribunal de Contas, firmando compromisso em participar do Comitê Pernambucano pela Primeira Infância, que tem como objetivo promover e contribuir com propostas de ações com foco prioritário nas políticas públicas voltadas para crianças de zero a seis anos de idade. A criação do comitê foi proposta pelo presidente do TCE, conselheiro Ranilson Ramos, seguindo as diretrizes do Pacto Nacional pela Primeira Infância, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça. Outras instituições como Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Ministério Público Estadual e Ordem dos Advogados do Brasil também devem participar do grupo.

Municípios e ouvidorias

A diretoria de Controle Externo do TCE elaborou um diagnóstico sobre a estrutura e a implantação de ouvidorias nos 184 municípios pernambucanos para avaliar o cumprimento das normas que regulamentam a defesa dos direitos do usuário dos serviços de administração pública. O não atendimento às regras é considerado infração grave e pode levar à aplicação de multa aos gestores responsáveis.

O estudo mostrou que 159 prefeituras dispõem de ouvidorias, e 25 ainda não implantaram o serviço. Em relação à comunicação com a sociedade, existe link com essa finalidade nos sites de 151 localidades. Em 105 delas, a comunicação é feita por telefone; e o restante pelas redes sociais, e-mails e Fale Conosco.

As ouvidorias são responsáveis pela comunicação direta entre a sociedade e a Administração Pública, sendo um importante instrumento de controle social. A própria Ouvidoria do TCE-PE está passando por um processo de reformulação, com ampliação dos serviços, e criação de uma plataforma que vai agilizar a resposta às demandas encaminhadas.

Unidades habitacionais

Medida cautelar homologada pela Primeira Câmara do TCE determinou a suspensão da distribuição, por parte da prefeitura, de unidades habitacionais no município de Casinhas, até o julgamento da Auditoria Especial que vai apurar



FOTO: FREEPIK

os critérios de seleção dos beneficiários, de modo a garantir a perfeita isenção do poder público e a justiça na concessão do benefício social para as doações. A decisão foi do conselheiro Valdecir Pascoal, a partir de uma representação do procurador do Ministério Público de Contas, Guido Rostand, e parecer da Gerência de Auditoria de Obras Municipais Norte do TCE, que apontou indícios de ausência de ampla divulgação e de critérios pessoais para doação de moradias à população carente do município.

Recursos do Fundef

O prefeito de São José da Coroa Grande enviou consulta ao TCE sobre a destinação dos recursos dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O gestor perguntou se é possível a destinação de 60% dos valores recebidos para abonos dos profissionais do magistério, e 30% para manutenção da educação básica, ou se deve aplicar 100% dos valores no desenvolvimento da educação básica. O relator do processo foi o conselheiro Marcos Loreto, que respondeu à consulta com base no parecer do procurador do Ministério Público de Contas, Gilmar Lima. Acesse o site tce.pe.gov.br para mais informações.

Tradição de Natal



FOTOS: MARILIA AUTO

O presidente Ranilson Ramos fez a entrega das tradicionais cestas de Natal aos funcionários terceirizados do TCE. Foram distribuídas 375 cestas, adquiridas por meio de contribuições dos servidores da Casa. “Sempre tive carinho pelos que me cercam e gratidão pelos que contribuem com o nosso trabalho aqui no Tribunal. Um feliz ano novo para todos”, afirmou o presidente.



www.tce.pe.gov.br

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Diretoria de Comunicação | 81 3181.7671 | imprensa@tce.pe.gov.br

Ouvidoria | 0800 081 1027